

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**THAYNA DOS SANTOS BARBOSA**

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO EM UM CENÁRIO DE ASCENSÃO  
DO CONSERVADORISMO CRISTÃO: COMO GARANTIR A LAICIDADE?**

**NITERÓI – RJ**

**2019**

**THAYNA DOS SANTOS BARBOSA**

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO EM UM CENÁRIO DE ASCENSÃO  
DO CONSERVADORISMO CRISTÃO: COMO GARANTIR A LAICIDADE?**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciado em  
Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da  
Universidade Federal Fluminense –  
FEUFF.

Orientador:

Prof. Dr. José Antonio Sepulveda

NITERÓI – RJ

2019

**THAYNA DOS SANTOS BARBOSA**

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO EM UM CENÁRIO DE ASCENSÃO  
DO CONSERVADORISMO CRISTÃO: COMO GARANTIR A LAICIDADE?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense - FEUFF

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Antonio Sepulveda (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denize de Aguiar Xavier Sepulveda  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

NITERÓI – RJ  
2019

À minha avó materna, Maria Isabel, que viu em vida a primeira - mas não última - integrante da família entrar numa Universidade Pública e esteve comigo em espírito até o fim dessa jornada.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, que esteve comigo desde o início.

À minha mãe, Marinez, que mascarava seu próprio cansaço pra cuidar do meu, principalmente nos momentos que eu mais precisei. Você é minha inspiração, mãe. À minha irmã e melhor amiga, Luana, que chorou, sorriu e viveu comigo todos os altos e baixos da vida, principalmente nesses 4 anos e meio de UFF. Sem você eu não seria eu. Ao meu pai, que, da forma que podia e sabia, me proporcionou meios que me levaram até a UFF e a realizar sonhos que pareciam impossíveis.

À minha amiga Caroline Carvalho, um grande presente desta graduação, que fez com que a caminhada fosse mais tranquila até quando não estava presente.

Às minhas amigas Vanessa, Jenifer e Camilla que estiveram lá sempre que precisei, me motivando e dizendo que ia dar tudo certo.

À minha amiga Caroline Braga, que eu tive o prazer de reencontrar agora no fim da graduação em um cenário (e momento da vida) totalmente diferente daquele em que nos conhecemos. Eu não consigo imaginar como seria sem você!

Ao meu noivo Kolby, que me apoiou em todos os momentos e acreditou em mim até quando eu não acreditava.

À UFF e todxs xs professorxs que cruzaram meu caminho, obrigada por me proporcionarem tantos momentos de construção de conhecimento e por acreditarem numa educação pública, gratuita e de qualidade.

Ao meu orientador, José Antonio Sepulveda. Não tenho palavras para mensurar o quão importante foi tê-lo como professor e orientador. Obrigada por não me deixar desistir. Você é um professor excepcional, um ser humano incrível.

Por fim, eu gostaria de agradecer a mim mesma por não ter desistido mesmo quando essa me pareceu a única opção, mesmo quando duvidei da minha capacidade. Termina essa graduação muito mais forte e confiante.

*“Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro.” (Belchior)*

Se um jovem sai de uma escola obrigatória, persuadido de que as moças, os negros ou os muçulmanos são categorias inferiores, pouco importa que saiba gramática, álgebra ou uma língua estrangeira. A escola terá falhado drasticamente.

*Philippe Perrenoud*

## RESUMO

Este trabalho monográfico, composto de uma pesquisa feita entre xs alunxs do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense (campus Niterói), aborda a importância da inserção de estudos de gênero e sexualidade como disciplina na Faculdade de Educação, pois a falta de uma formação que abranja tais questões afeta sua trajetória profissional, uma vez que, pela falta de estudos específicos sobre tais questões, obriga x educadorx a fazer uso de seu padrão moral, extremamente vinculado ao ethos religioso, o que fere o princípio constitucional da laicidade. Aponta também a urgência de tal inserção que se tornou ainda mais importante recentemente devido aos ataques desferidos aos professorxs, intensificados após a criação do “Movimento Escola Sem Partido” e disseminação de notícias falsas pelos integrantes do mesmo, além do crescimento do debate referente ao que se chama de “ideologia de gênero”, uma marca do conservadorismo cristão crescente no atual cenário político do Brasil.

Palavras-chave: laicidade; gênero; sexualidade; educação; formação docente.

## **ABSTRACT**

This undergraduate thesis is composed of a research done among the students of the Pedagogy course of the Universidade Federal Fluminense (Niterói campus) and addresses the importance of the insertion of gender and sexuality studies as a discipline in the Faculdade de Educação, because the lack of a training that covers such issues affects those professionals' career, since, due to the lack of specific studies on such issues, the educator is more likely to use his/her moral standard, which is extremely linked to the religious ethos, which violates the constitutional principle of secularism. It also points to the urgency of such insertion that has become even more important recently due to attacks on teachers, intensified after the creation of the "Movimento Escola Sem Partido" and the spreading of fake news by its members, as well as the growing debate about what is called "gender ideology," a mark of growing Christian conservatism in Brazil's current political landscape.

Keywords: secularity; gender; sexuality; education; teacher training



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Resultado da pesquisa online .....	29
Figura 2 - Resultado da pesquisa manual .....	30

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. CAPÍTULO 1 – A LAICIDADE E A ESCOLA</b> .....	15
<b>1.1. A laicidade</b> .....	15
<b>1.2. ER nas Escolas</b> .....	16
<b>1.3. Como o ensino religioso afeta a laicidade da Escola?</b> .....	18
<b>2. CAPÍTULO 2 – GÊNERO E SEXUALIDADE E A FORMAÇÃO DX PROFESSORX</b> .....	22
<b>2.1. Ideologia de Gênero</b> .....	26
<b>3. CAPÍTULO 3 - OS RESULTADOS</b> .....	29
<b>4.1 . A religião e sexualidade e gênero</b> .....	31
<b>4.2 Os dados da pesquisa e o problema</b> .....	33
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39
<b>APÊNDICES</b> .....	42

## INTRODUÇÃO

Este trabalho, composto de uma pesquisa qualitativa e quantitativa feita entre xs alunxs do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, aborda a importância da inserção de estudos de gênero e sexualidade como disciplina na Faculdade de Educação. Tal inserção se tornou mais importante recentemente por causa do crescimento do debate referente ao que se chama de “ideologia de gênero”, uma marca do conservadorismo no Brasil que defende uma pretensa “família tradicional brasileira”. A base religiosa dessa argumentação conservadora afirma que a educação brasileira está contaminada por uma doutrinação ideológica que propaga a destruição dos valores ocidentais e cristãos.

O cenário político-social em que o Brasil se encontra é o palco perfeito para tal ascensão e, através dela e das mudanças já feitas, podemos perceber o impacto causado pela falta de acesso à informação e da informação tendenciosa com embasamento religioso, e a principal argumentação é a chamada “ideologia de gênero”.

O tema apresentado foi escolhido devido aos ataques sofridos por professorxs, causados pelo momento conservador que paira sobre nosso país no atual cenário político-social. Desde 2016, quando ocorreu o golpe que interrompeu o mandato da então Presidente eleita Dilma Rousseff, a extrema direita – com seus pensamentos e dogmas conservadores de maioria cristã – ganhou força enquanto disparava e legitimava um discurso preconceituoso e excludente à população brasileira. Como resultado disso, desde então o número de casos repugnantes de feminicídio, homofobia, intolerância religiosa e, outros, cresceu de maneira estarrecedora, o que nos leva a entender que a parte da população que admite esse discurso como verdade absoluta usa desta fala ultrajante para justificar e cometer tais crimes.

O objetivo geral da monografia é apresentar, através de uma pesquisa quantitativa, o poder do Ethos religioso na vida profissional de umx futurx educadorx e como a falta de uma formação que abranja questões de gênero e sexualidade afeta sua trajetória profissional, uma vez que, pela falta de estudos específicos sobre tais questões, obriga x educadorx a fazer uso de seu padrão moral, extremamente vinculado ao mencionado ethos religioso.

Para isso, selecionamos três pontos de destaque:

1. Discutir a importância da garantia da laicidade em momentos como o atual, principalmente a partir da verificação da forte presença religiosa na formação docente;

2. Tratar da relevância dos estudos de gênero e sexualidade na Faculdade de Educação;
3. Cruzar dados obtidos com embasamento teórico.

O início deste trabalho se deu dentro da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense no segundo semestre do ano de 2018 devido à curiosidade em entender e conhecer xs futurxs graduandxs de Pedagogia que, em sua maioria, exercerão o magistério e farão parte da primeira parte da vida escolar de muitas crianças, o que coincide com o período em que a criança faz suas primeiras indagações e descobertas acerca de seu corpo (ou do outro) e de questões da sexualidade inerentes à esta fase.

Esta curiosidade provocou em nós uma vontade de ir além, sendo assim, demos início à uma rodada de pesquisas quantitativas com alunxs da UFF de todos os períodos, nos turnos manhã e noite. A pesquisa foi feita em duas partes: uma em papel, totalmente manual, e uma eletrônica através de uma plataforma digital do Google Drive. Ambas as partes consistiam em quatro perguntas extremamente diretas, três delas davam duas opções para serem marcadas e uma de resposta curta e simples. Nenhuma delas solicitava identificação, o anonimato foi garantido para que ninguém se sentisse compelidx a responder de forma diferente por quaisquer que fossem os motivos.

O objetivo dessa pesquisa foi entender o que xs discentes sabem sobre a educação pública brasileira ser laica – ou seja, que não propõe uma só religião como a oficial, mas que reconhece e respeita todas as religiões, inclusive a falta dela -, e a partir das respostas, analisar se xs mesmxs possuíam em seu *background* de vida um ethos<sup>1</sup> religioso que perpassa por toda a sua vida pessoal, profissional e acadêmica, ainda que não intencionalmente.

A monografia está dividida em 3 capítulos. No primeiro capítulo trataremos da laicidade a partir da constituição e do que a mesma representa na esfera pública. Logo em seguida, explicaremos o que é uma escola laica e sua importância, tanto num patamar educacional e histórico, quanto num patamar do respeito às diferenças, neste caso, às diferentes religiões. Falaremos também do avanço conservador e como este acarreta em ameaças nocivas à liberdade de expressão e pensamento crítico na sociedade e no ambiente escolar. Dentro desta mesma temática, discutiremos o movimento Escola Sem Partido, a fábula da “ideologia de gênero” e sua ligação com tal ascensão.

---

<sup>1</sup> **Ethos** é uma palavra com origem grega, que significa "caráter moral". É usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação.

No segundo trataremos do tema central desta monografia: gênero e sexualidade numa visão educacional e da formação dx professorx e como a falta de uma instrução acerca desta temática é nociva tanto para x próprix professorx que sai da graduação sem um saber necessário – levando em conta que estx profissional vai, majoritariamente, para o espaço escolar onde esses assuntos são abordados de forma a educar x sujeitx acerca de si e do outro -, quanto para x alunx que raramente recebe essa instrução, e quando a recebe, vem carregada de um ethos religioso que em sua maioria não convém à realidade, um senso comum carregado de preconceitos sem embasamento teórico.

Por fim, no terceiro capítulo traremos a pesquisa para discussão, explicando as motivações por trás da mesma e a metodologia usada para aplicação para com xs discentes da faculdade. Apresentaremos, através dela, os dados que quantificam o ethos religioso na formação docente destacando a importância da laicidade e de uma formação completa inclusive com os saberes referentes a gênero e sexualidade.

## 1. CAPÍTULO 1 – A LAICIDADE E A ESCOLA

A proposta deste capítulo é discutir a importância da laicidade na formação docente. Para isso, discutiremos o conceito de laicidade por uma perspectiva histórica, levantando a relevância política de tal conceito, tanto no campo coletivo quanto no campo individual. A laicidade vai para além da tolerância religiosa. É um importante conceito que pode ser usado para defender minorias de direitos que são atacadas pelo discurso religioso, a saber: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais (LGBTI+), mulheres, negros e outras minorias.

### 1.1. A laicidade

O Estado Moderno se constituiu a partir de um longo processo de construção da laicidade, ou seja, em um movimento de deslocamento das posições religiosas, o qual define que a religião não poderia dominar a esfera pública, caracterizando as diferenças efetivas entre o que era público, defendido pelo Estado laico, e o que era privado. Nesse contexto, as religiões passaram a ser entendidas como um direito individual, não cabendo, dessa forma, ao Estado criar nenhum tipo de relação com nenhuma religião a fim de respeitar as diferentes manifestações religiosas da população.

O Estado se tornou laico, vale dizer tornou-se equidistante dos cultos religiosos em assumir um deles como religião oficial. A modernidade vai se distanciando cada vez mais do *cujus regio, ejus religio*. A laicidade, ao condizer com a liberdade de expressão, de consciência e de culto, não pode conviver com um Estado portador de uma confissão. Por outro lado, o Estado laico não adota a religião da irreligião ou da antirreligiosidade. Ao respeitar todos os cultos e não adotar nenhum, o Estado libera as igrejas de um controle no que toca à especificidade do religioso e se libera do controle religioso. Isso quer dizer, ao mesmo tempo, o deslocamento do religioso do estatal para o privado e a assunção da laicidade como um conceito referido ao poder de Estado. (CURY, 2004, p. 183).

O Estado laico foi instituído para retirar o monopólio da verdade das Igrejas no processo de construção da sociedade democrática moderna. A laicidade é um princípio da construção da democracia. Entendo com isso, que sem laicidade não há democracia (SEPULVEDA, 2019).

Todavia, as instituições religiosas, especialmente a Igreja Católica, jamais aceitaram tal laicização, e, no próprio desenvolvimento da democracia, inclusive fazendo uso da

própria, passaram a exigir mais participação política. Afinal, tais instituições representavam os interesses de milhões de religiosos no planeta. O Estado Moderno, então, passou a conviver com momentos de crescimento religioso da sociedade e do Estado. Isso não foi diferente no Brasil, pelo contrário, possivelmente, foi mais intenso aqui do que na maioria dos outros países, pelo menos do mundo ocidental.

As instituições religiosas no Brasil, principalmente a Igreja católica, apostaram na disputa pelo controle do Estado e da população a partir do domínio de algumas instituições sociais. Controlar essas instituições se tornou uma importante arma contra a secularização da sociedade. O que tais instituições entenderam? O perigo que era a perda de fiéis, pois isso poderia significar a diminuição de seu grau de influência social e política no país.

No caso brasileiro um bom exemplo de disputa institucional é o Ensino Religioso (ER) nas escolas públicas.

## **1.2. ER nas Escolas**

É importante destacar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a laicidade é garantida pelos artigos 5º e 19º que, respectivamente, defendem a liberdade de crença e proíbem o Estado brasileiro de se relacionar com qualquer religião, ou seja, não pode beneficiar, prejudicar, atrapalhar ou criar qualquer obstáculo para qualquer confissão religiosa. No art. 5º e nos incisos explicitados a seguir está estabelecido a liberdade de crença:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; (BRASIL, 1988)

Com efeito, é somente no art. 19 que fica clara a laicidade do Estado, mesmo que a palavra laicidade não esteja presente em seu conteúdo:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; [...] (BRASIL, 1988)

No caso do ER, a constituição em seu artigo 210º prevê a sua obrigatoriedade para a escola e a facultatividade para os alunos.

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Na regulamentação do ensino no Brasil feita pela lei 9394/96 (LDB) o ER está previsto no art 33, reforçando o texto constitucional, entretanto apontando uma ação restritiva, pois é vedada qualquer forma de proselitismo.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997) (BRASIL, 1996)

Neste sentido, ainda que mais tarde a Base Nacional Comum Curricular<sup>2</sup> (BNCC) traga à tona o reconhecimento de que por muito tempo houve uma relação estreita entre Estado e Igreja, o que caracterizava então um viés proselitista histórico na educação brasileira, mesmo assim ainda assim se faz necessário o ER no âmbito das ciências humanas

---

<sup>2</sup> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil ([www.basenacionalcomum.mec.gov.br](http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br). Acesso em 18/11/19)



"de modo a estabelecer e a ampliar diálogos e abordagens teórico-metodológicas que transcendem as fronteiras disciplinares" (BRASIL 2015b, p. 281), é preciso colocar em cheque tal questionamento e entender qual a intencionalidade por trás dessa ‘briga política’ já que as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia por si só já estabelecem tais abordagens teórico-metodológicas de forma a garantir a laicidade (CUNHA, 2016).

No mais, ainda que devesse, não é espantoso que em um país no qual a laicidade é garantida pela constituição tais batalhas como as do ER sejam prolongadas e constantes até os dias de hoje, já que no próprio congresso há uma bancada religiosa que governa baseando-se em seus próprios interesses. Inclusive, observa-se um fenômeno um tanto quanto inusitado nesta bancada: uma “surpreendente harmonia entre católicos e evangélicos” (CARVALHO E SÍVORI, 2017) e o avanço do conservadorismo cristão.

Tendo em vista a defesa da escola laica e a falta de necessidade de se ter uma disciplina específica de Ensino Religioso, faremos na próxima seção a relação do ER com a laicidade.

### **1.3. Como o ensino religioso afeta a laicidade da Escola?**

Como mostrado anteriormente, a Constituição brasileira é bem clara quanto à laicidade do Estado e a proibição do proselitismo. No entanto o que ocorre na Escola pública não é exatamente o esperado. Após a reforma da LDB em 1997 e o grande movimento dxs parlamentares religiosxs que pregavam a favor do ER, “um projeto substitutivo aprovado como lei 9.475, de 22 de julho de 1997, determinou que o Ensino Religioso se tornasse ‘parte integrante da formação básica do cidadão’”. (CUNHA, 2016b)

Desde então, mesmo que com extensivas pesquisas e grupos pró laicidade denunciando a obrigatoriedade da presença nas aulas de ER e o claro proselitismo, o que se vê na escola é o oposto do que diz a lei. De acordo com CUNHA:

“[...]os professores católicos, monitorados pelos comitês eclesiásticos das dioceses e/ou das secretarias de educação, assumem o viés missionário que (ainda?) povoa o imaginário da categoria, para impor aos alunos práticas religiosas. Seus homólogos evangélicos, que beberam na mesma fonte, procedem de modo similar. Assim, a presença de práticas religiosas cristãs no interior das escolas públicas passa (ou continua a ser) a ser vista como algo natural.” (CUNHA, 2016, p. 47)

Com efeito, essas práticas não se dão apenas no interior da sala de aula. Ainda nos dias de hoje é possível - com muita frequência inclusive - encontrar imagens das diferentes correntes cristãs espalhadas por escolas públicas. Cabe lembrar que essas ações favorecem algumas religiões e esse favorecimento fere de forma clara o princípio da laicidade e da pluralidade religiosa. O que ocorre é uma disputa constante entre as duas maiores vertentes do cristianismo e um “esquecimento” proposital (com teor de não aceitação) do espiritismo, das religiões afro-brasileiras, outros credos e até mesmo do agnosticismo e ateísmo. (CUNHA, 2016).

Essa colonização acaba sendo também uma colonização dos corpos dessxs studentxs que passam a ter suas identidades questionadas. De um modo geral a comunidade LGBTI+ é a mais prejudicada. Todavia, vale destacar que essa projeção dos interesses religiosos nas escolas representa a forma mais comum de patrimonialismo na sociedade brasileira. Ou seja, reforça a má compreensão que existe hoje na sociedade do que são as coisas públicas e privadas. Há uma tendência histórica de confusão entre os espaços e a questão do ER contribui muito para isso.

A laicidade é um marcador importante da diferença, principalmente no Brasil, tendo em vista especificamente a questão da relação entre o que é público e o que é privado na sociedade contemporânea. No caso brasileiro isso fica evidente já que durante todo o período colonial e, mesmo no Brasil independente imperial, não havia a separação entre Estado e Igreja, o chamado modelo de padroado (SEPULVEDA e SEPULVEDA, 2016). Em tal modelo, o Brasil foi influenciado por três séculos de presença da Igreja Católica no aparelho de Estado, principalmente oferecendo serviço de assistência e registro social: nascimento e sepultamento, casas de saúde e escolas são alguns exemplos da mencionada presença.

Esse controle da Igreja garantia não só o funcionamento do Estado como também garantia a manutenção e reprodução de fiéis. Com efeito, o ER possuía essa função reprodutiva. Por isso, a forte necessidade da presença da religião nos espaços públicos, especialmente nas escolas.

Sendo assim, a presença da religião na maioria das escolas públicas brasileiras, em seus vários contextos e diversas formas, sinaliza a ambiguidade entre o público e o privado. Esse equívoco é decorrente de articulações e do embate de forças entre o campo político e o campo religioso. Segundo FERNANDES (2014), através de articulações políticas o ER tem assegurado consecutivas conquistas nos documentos legais, por meio de artigos que acolhem seus interesses materiais e simbólicos em detrimento das “conquistas republicanas do Estado

laico e da liberdade religiosa” (GIUMBELLI e CARNEIRO, 2004), expandindo cada vez mais a privatização do espaço público. Assim, podemos inferir que a presença compulsória do ensino religioso no currículo das escolas públicas brasileiras, ou da religião, expressa a partir das práticas de alguns profissionais, que Estado e Igreja, de acordo com a história, robustecem-se reciprocamente, suscitando tensões e conflitos, e enfraquecem o princípio da laicidade do Estado e a autonomia do campo educacional.

De acordo com FERNANDES (2014), as tensões e conflitos prosseguem provocando discussões e disputas, principalmente, pois a maioria do ensino religioso desenvolvido nos cotidianos das escolas mostra-se de cunho cristão em prejuízo da pluralidade religiosa presente no contexto brasileiro. Portanto, em nome da liberdade religiosa, a laicidade do Estado deve ser garantida de forma que “todos possam conviver sem ter que manifestar essa dimensão da vida, fazendo-o apenas se quiser” (FISCHMANN, 2008, p. 13). Um Estado laico não se associa com nenhuma religião e também não presta privilégio. Portanto, não a financia com recursos públicos e nem estabelece convênios de qualquer ordem, pois tem a obrigação de assegurar a liberdade religiosa para todos os sujeitos. Laico é o Estado imparcial diante das disputas do campo religioso, que se priva de interferir nele, seja pelo apoio, seja pelo bloqueio a alguma confissão religiosa. Em contrapartida, o poder estatal não é empregado pelas instituições religiosas para o exercício de suas atividades. (CUNHA, 2013, p. 7).

É necessário salientar que existe atualmente um grande debate acerca do ensino religioso nas escolas públicas e sobre a defesa da laicidade do Estado. Entendemos que tal defesa é necessária para garantir a liberdade religiosa de todos que habitam os cotidianos das nossas escolas. Todavia, a despeito da importância dos argumentos que apoiam a laicidade do Estado, a já mencionada presença da religião no espaço público escolar ainda é uma realidade, mesmo se contrapondo às premissas constitucionais e aos princípios democráticos. Segundo FERNANDES (2014) e SEPULVEDA (2012), o ensino religioso não aparece somente nas salas de aula das professoras e professores destinados a essa tarefa. Esta é apenas uma das maneiras de ocupação desse espaço público e é vastamente disputado pelas religiões. O ensino da religião no ambiente escolar acontece não somente pelo caminho convencional da sala de aula, mas também por direcionamentos ideológicos, que se dão sem amparo de instrumentos legais e prevalecem a partir de práticas contestáveis como a exibição de símbolos religiosos na sala de diretores; as orações feitas em alguns momentos; missas; bíblias expostas; práticas discriminatórias e discursos proferidos por algumas professoras e

professores para com os estudantes adeptos das religiões de matrizes africanas e para com alunas e alunos homossexuais, assim como outras manifestações que privilegiam fés, também são formas de ensinar e colonizar o cotidiano de nossas instituições escolares. Diversos autores compartilham dessa análise.

Citamos a pesquisa de Ana Maria Cavalieri (2007), que entrevistou diferentes agentes escolares com o intuito de entender melhor o ER nas escolas públicas.

Entre as diversas conclusões obtidas pela pesquisa, queremos destacar a que se refere ao fato de o ensino religioso, ocupar, muitas vezes, espaços para além de sua função prevista em lei (...), “colonizando” áreas da vida escolar relativas à formação geral e à orientação educacional. (CAVALIERI, 2007, p.3)

Muitas escolas e alguns educadores acabam desenvolvendo práticas e manifestando seus valores religiosos que devem ser seguidos de forma naturalizada. Essas práticas e manifestações influenciam na constituição das identidades de todxs xs estudantes e um longo aprendizado vai colocando cada umx em seu lugar, colonizando muitxs dxs que ali se encontram. Tal questão pode ser exemplificada pelo uso da Bíblia. Em algumas salas de aula da rede pública de ensino, a Bíblia aparece como elemento orientador das práticas de algumas professoras e alguns professores. Esses profissionais trazem para o espaço público questões da esfera privada-individual. Esse mote é indicador de que essxs profissionais produzem uma mestiçagem entre sua identidade social de professorx e a de evangelizadorx. Muitxs educadores parecem não conseguir separar as duas esferas de sua atuação, afinal elxs atuam como educadores em sintonia com as aprendizagens que obtiveram em sua religião por meio da Bíblia, e, muitas vezes, as levam para os processos de ensinar e aprender no interior da escola pública.

Tendo em vista o exposto acima, o ER é um agente complicador da laicidade do Estado com impactos na formação da sociedade e na identidade dxs indivíduos que frequentam as escolas do país.

Para uma melhor compreensão do impacto que a falta de laicidade nas escolas faz no desenvolvimento de subjetividades, como de gênero e sexo, passamos para um próximo capítulo para tratar de tal assunto.

## 2. CAPÍTULO 2 – GÊNERO E SEXUALIDADE E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

O espaço escolar é onde ocorrem descobertas em relação a si e ao mundo, construção de conhecimento, socialização etc, mas também foi (e ainda é) palco de diversas formas de divisão e exclusão. Sempre houve norma para toda e qualquer coisa. Meninas e meninos já pertenceram às escolas diferentes, cadeiras eram milimetricamente enfileiradas uma atrás da outra, professorxs ficavam num tablado em nível acima dos alunxs para marcar autoridade, e conhecimento era transmitido, não construído. Tais características nos parecem, nos dias de hoje, um tanto quanto ultrapassadas, até choca aqueles que não têm conhecimento desse modelo escolar, afinal a escola tem se reinventado com o passar dos anos e vemos com cada vez menos frequência as características acima. Todavia, as práticas que nos chocam no presente eram vistas como extremamente naturais no passado.

É difícil definir o que é uma boa educação e uma boa escola. O que se pode afirmar que a escola não pode ser um lugar de promoção de sofrimento e de naturalização das desigualdades. Muitas práticas escolares feitas por docentes reforçam distorções históricas. Usamos o termo distorção por entendermos que a igualdade não é um indicador sólido para soluções de problemas sociais, como o machismo, racismo e homofobia. Entendemos que a igualdade pode descaracterizar as diferenças que precisam ser respeitadas.

(...) temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p. 56)

Tendo em vista o fragmento de texto acima, defendemos que a existência de políticas de igualdade não garante resolver os problemas de distorções no tratamento feito àquels que não seguem a normatização modelo: homem branco, hétero, cristão...

Historicamente, a existência de escolas diferentes para cada sexo não era uma simples separação entre meninos e meninas. Essa distorção também era refletida no conteúdo escolar, como se certos conhecimentos fossem dignos ou não para x ou y, e isso não era determinado pelxs indivíduos que adquiriam o conhecimento, essa diferença lhes era imposta como se tais habilidades fossem pré definidas pelo gênero. Essa era uma dessas práticas naturalizadas como mostra Guacira Louro:

As escolas femininas dedicavam intensas e repetidas horas ao treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens "prendadas", capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha ou de pintura. As marcas da escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos. Por vezes isso se fazia de formas tão densas e particulares que permitia — a partir de mínimos traços, de pequenos indícios, de um jeito de andar ou falar — dizer, quase com segurança, que determinada jovem foi normalista, que um rapaz cursou o colégio militar ou que um outro estudou num seminário. (LOURO, 1997, p. 62)

Essa divisão, como podemos perceber, se dava totalmente em uma visão binária, logo, destoar desses dois caminhos pré determinados socialmente pelo sexo biológico era algo que não cabia no espaço escolar e, sendo esse espaço uma representação reproduzida das relações sociais da sociedade, traçar quaisquer outros caminhos não cabiam fora da escola também, como se tal pré determinação criada socialmente fosse uma verdade absoluta, uma lei que todos devem seguir sem racionalizá-la ou até mesmo discuti-la.

O tempo passou, as escolas foram mudando, meninos e meninas já frequentam a mesma sala. No entanto, as marcas do passado ainda não foram apagadas e algumas práticas são reproduzidas até hoje. Ainda há uma naturalização dessa divisão, ainda são formadas filas de meninos e meninas separadas, ainda há uma reprodução dos papéis sociais ligados ao gênero, por exemplo:

Quando umx bebê nasce elx ainda não sabe quais são os comportamentos ou papéis sexuais que se espera que elx desempenhe. Não nascemos sabendo que meninas só podem fazer balé ou jogar queimado e os meninos jogar futebol ou vôlei. É a sociedade quem vai indicando os papéis que cada gênero deve assumir, e, dessa maneira, meninas e meninos vão aprendendo o que se espera deles. (SEPULVEDA, 2016, p. 126)

Essa reprodução, além de cercear as possibilidades e até mesmo ditar até onde x ou y pode chegar e o que pode fazer simplesmente por ser mulher ou homem, também exclui e castra aqueles que não se encaixam nesses dois 'papéis'. Logo, agir de forma que não seja a da conduta "normal" não só é 'mal visto' tanto na sociedade quanto na escola, como também é tido como inaceitável e largamente perseguido pelos mais variados indivíduos, principalmente no espaço escolar. Sendo assim, tornou-se cada vez mais comum presenciar e ouvir casos de preconceito, machismo, homofobia etc, no lugar onde deveria haver segurança para ser quem é e para descobrir quem é.

Karina se comporte como uma menina, você parece um menino. Sua mãe te traz sempre arrumadinha, limpinha, maquiada e bem-penteada, é só ela ir embora que você prende o cabelo, tira a maquiagem, você fica parecendo um menino...65". Em

outra ocasião, na quadra da escola, numa aula de educação física, ela disse em voz alta para a menina: “Karina pode ir saindo do grupo dos meninos que vão jogar vôlei! Só tem menino nesse grupo. Você vai jogar queimado com as meninas que estão do outro lado da quadra! Não quero você com os meninos, já te falei isso um montão de vezes! Meninos jogam com os meninos e meninas jogam com as meninas; depois você fica com raiva de mim quando eu te falo que você parece uma Maria-homem. Se você não quer que eu te chame mais assim, para de ficar sempre junto com os meninos. Você sabe que a sua mãe quer que você brinque com as meninas. (SEPULVEDA, 2016, p. 125)

Esse fragmento é retirado de uma fala de uma professora<sup>3</sup> nos dias de hoje que demonstra claramente seu preconceito em relação aos comportamentos de gênero e sexualidade vigente ainda nas escolas públicas.

Contudo, a grande diferença entre o passado e o presente no âmbito das discussões das relações de gênero e de gênero e sexualidade é que agora essa ampla discussão acerca do tema não fica mais retida no espaço acadêmico como acontecera anteriormente, ela vai se disseminando através de uma nova geração de professorxs e graduandxs que trazem essa discussão para fora dos muros da universidade. No entanto, ainda que hajam essas iniciativas, o debate ainda não chegou na maioria das faculdades de educação, e naquelas que chegou ainda se dá de forma rasa e não obrigatória, não fazendo parte de fato da formação de todxs futurxs educadorxs.

O resultado da falta dessa formação é o fenômeno visto com cada vez mais frequência nas escolas públicas por todo o Brasil: professorxs sem embasamento teórico acerca do tema, quando confrontadxs com questões de gênero e sexualidade - assuntos comuns e recorrentes na educação básica, principalmente nos primeiros ciclos do ensino fundamental - sem terem uma formação voltada para a discussão dos mesmos, acabam usando do conhecimento mais próximo de si, que acaba sendo na maioria dos casos seu ethos religioso, o que é um problema não só por tal prática ferir a laicidade, mas também por esta poder estar carregada de preconceitos que não são pertinentes ao espaço escolar (nem espaço nenhum).

Muito se fala sobre o papel dx professorx na sociedade. Há aqueles que dizem que estx é apenas umx transmissorx de conteúdo, outros que é um ser de extrema importância na vida de todxs. Para Paulo Freire, “o papel do professor e da professora é ajudar o aluno e a aluna a descobrirem que dentro das dificuldades há um momento de prazer, de alegria” (2003, p. 52), para Vygotsky o professor é o mediador entre conhecimento e aluno. Muitas teorias e

---

<sup>3</sup> Esta fala foi retirada da pesquisa de doutorado da Professora Doutora Denize Sepulveda. “Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: A homofobia e sua influência nas tessituras identitárias”

as mais divergentes opiniões não são suficientes para garantir uma prática livre de preconceitos na escola.

No entanto, essa discussão traz à tona outras questões que são discutidas com pouca frequência na formação docente e quando são, provém, na maioria das vezes, de um discurso conservador que pouco acrescenta devido às suas próprias concepções de certo e errado. Uma delas é: como x professorx é x indivíduox que forma outrxs indivíduoxs e está presente em grande parcela da vida dxs estudantes, não seria parte de sua função docente abordar assuntos como gênero e sexualidade levando em conta que estes são conceitos e informações importantes na formação dx indivíduox?

Seguindo o questionamento acima, podemos citar inclusive os inúmeros relatos em que casos de pedofilia e abuso sexual, que em sua maioria ocorriam dentro de casa, e que foram denunciados por crianças/adolescentes que vieram a entender a gravidade do que acontecera após assistirem palestras de tal cunho no espaço escolar, ou seja, tais assuntos acabaram respondendo a uma demanda social também em questões de saúde e segurança pública.

Trazer esse debate à tona gerou - e continua gerando - um grande desconforto à ala conservadora do nosso país, que desencadeou uma série de ataques proferidos à educação e em particular xs professorxs que defendiam a importância deste debate. Nesse contexto, de “tempos conservadores” (CUEVA, 1989), cresceu na realidade brasileira um projeto reacionário de educação conhecido como Escola sem Partido.

Desde 2014, período da discussão e aprovação do atual Plano Nacional de Educação, o movimento Escola sem Partido, vem propondo projetos de lei que estão sendo apresentados nos estados e municípios com nomes variados, mas com os mesmos objetivos, tendo como referência o PL 2731/2015 proposto pelo Deputado Eros Biondini (PTB-MG), que, "Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências". Este novo projeto de lei altera o Plano Nacional de Educação para "dispor sobre a proibição do uso da ideologia de gênero na educação nacional.". Este projeto vem tramitando apensado com outros, inclusive o 867/2015, que estabelece o Programa Escola Sem Partido. Tal programa afirma que o governo esquerdista do Partido dos Trabalhadores (PT), por ser marxista cultural, defende que a educação brasileira é muito influenciada pelo educador “petista” Paulo Freire, que quer destruir os valores simples e humildes da população brasileira, incitando à revolução. O projeto Escola sem Partido foi criado pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, que denuncia que



xs professorxs nas escolas são doutrinadorxs de esquerda, mais especificamente, aliciadorxs do Partido dos Trabalhadores.

Tal perspectiva demonstra o avanço conservador, que, como citado acima ganhou muita força com argumento criado por bispos da Igreja Católica chamado de ideologia de gênero.

Na minha opinião, há usos distintos da chamada “ideologia de gênero”. Parece que, no âmbito da cúpula da Igreja Católica, trata-se de uma questão dogmática e relacionada aos valores da ideologia judaico-cristã, que, segundo seus representantes, estariam sendo ameaçados pelo conceito gênero por causa das mudanças no comportamento das mulheres e nas leis sobre aborto, por exemplo, da aceitação das várias famílias e do reconhecimento dos direitos da população LGBT. Outro uso vem de representantes evangélicos: embora existam aqueles católicos que se aproveitam eleitoralmente dessa narrativa, usar “ideologia de gênero” e sua suposta “ameaça” às crianças e à família tem sido mais presente em candidatos evangélicos - vide a chamada bancada cristã, que não apenas no Congresso Nacional, mas em todos os legislativos do país, deve aumentar, nas próximas eleições, à custa de campanhas cujo foco de “convencimento” deverá ser combater a ideologia de gênero (FURLANI, 2016, s/p).

É importante ressaltar que o debate da ideologia de gênero atingiu um significativo patamar de inserção social. As bancadas religiosas organizadas no congresso nacional e nas assembleias locais usam de tal argumento para barrar qualquer discussão de gênero na escola. A pressão sobre os órgãos executivos do governo, por exemplo, são extremamente fortes e, por vezes, violenta. O grupo conservador, ligado ao Escola sem Partido, reclama do entendimento do CNE de ser favorável a “ideologia de gênero” e reclama da postura do órgão quando da aprovação do Plano Nacional de Educação por ter emitido uma nota pública endereçada às câmaras municipais, à câmara distrital e às assembleias legislativas, sobre seu entendimento de que Planos de Educação que não se preocupassem com as questões de gênero seriam sempre incompletos. Tal grupo conservador acusa essas instâncias decisórias do Estado de comunistas e esquerdistas. O patrulhamento feito por tais grupos gera como consequência o medo de docentes pelo país, tendo em vista o grau de violência e de polarização política da sociedade contemporânea.

## **2.1. Ideologia de Gênero**

A ideologia de gênero é um termo que ganhou força, como foi dito acima, nas discussões sobre os Planos de Educação, nas últimas décadas, e tem sido apresentado como

algo perigoso, que visa destruir as famílias. Trata-se de um discurso criado no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento pró-vida e pró-família que, no Brasil, parece estar centralizado num site chamado Observatório Interamericano de Biopolítica (FURLANI, 2016). Em 2015 especialmente, algumas pessoas se empenharam em se posicionar contra a “ideologia de gênero”, divulgando vídeos em suas redes sociais: o senador pastor Magno Malta, o deputado Jair Bolsonaro, o deputado pastor Marco Feliciano, o pastor Silas Malafaia, a pastora Damares Alves, a pastora Marisa Lobo. Entendemos que o termo foi usado publicamente em 1998, em uma Conferência Episcopal da Igreja Católica realizada no Peru, cujo tema foi “A ideologia de gênero – seus perigos e alcances”.

Os organizadorxs do evento religioso se basearam em dois livros para compor essa narrativa chamada “ideologia de gênero”: primeiro, no livro de Dale O’Leary intitulado *Agenda de gênero*, de 1996. O’Leary é uma militante pró-vida que participou das Conferências da ONU (do Cairo em 1994 e de Pequim em 1995) como delegada. Ela faz um relato dessas conferências, descreve, sob o seu ponto de vista, a ação das feministas em apresentar o conceito gênero e como, a partir disto, a ONU assume a chamada perspectiva de gênero para as políticas públicas sobre os direitos das mulheres (FURLANI, 2016).

O outro referencial usado na construção dessa narrativa é o livro de Jorge Scala, cuja primeira edição é intitulada *Ideologia de gênero: o gênero como ferramenta de poder*, de 2010, que no Brasil, curiosamente, é intitulado *Ideologia de gênero – o neototalitarismo e a morte da família*, de 2015. Scala é um advogado argentino, ligado às causas antiaborto e contra os direitos das mulheres, membro do movimento pró-vida, que apresenta uma série de interpretações dos estudos de gênero.

Dessa forma, os referenciais citados acima parecem ser os principais usados na criação do discurso chamado de “ideologia de gênero”, que nos últimos anos vem sendo divulgados e exaustivamente repetidos em vídeos, textos, cartilhas, documentos da CNBB, palestras etc. Uma retórica que afirma haver uma conspiração mundial entre ONU, União Europeia, governos de esquerda, movimentos feminista e LGBT para “destruir a família”, mas que, em última análise, objetiva, sim, propagar um pânico social e voltar as pessoas contra aos estudos de gênero e contra todas as políticas públicas voltadas para as mulheres e a população LGBT, sobretudo nas questões relacionadas aos chamados novos direitos humanos, por exemplo, no uso do nome social, no direito à identidade de gênero, na livre orientação sexual (FURLANI, 2016)

Esse contexto de intenso debates e embates sobre o que é ideologia de gênero chega às escolas já na forma de verdade afirmando que xs professorxs são todos doutrinadorxs de gênero e que querem transformar meninos em meninas, impondo uma ditadura “gayzista” nas escolas. Com efeito, professorxs estão sendo perseguidxs e acusadxs de doutrinadorxs por conta desse argumento. Todavia, como veremos no próximo capítulo, a realidade é oposta a essa divulgada como “fake news”<sup>4</sup>.

Como indica a nossa pesquisa por amostragem, a maioria dxs professorxs possuem um ethos religioso muito forte que serve de base de argumentação moral quando se trata de questão de gênero. Como nós defendemos neste trabalho, a falta de formação sobre questões de gênero e sexualidade são uma realidade nos cursos de formação docente, a maior parte dessxs profissionais quando se confrontam com problemas de gênero na escola invocam o seu ethos religioso como instrumento pedagógico. Tal constatação nos permite afirmar que a tese da ideologia de gênero não passa de um discurso malicioso que deturpa a visão da sociedade sobre o que fazem xs professorxs nas escolas. Causando um impacto negativo tanto socialmente como pedagogicamente nessxs professorxs. É preciso levar em conta também que a situação precária de trabalho e salário vulnerabiliza mais ainda essxs docentes.

No próximo capítulo apresentaremos os dados coletados na pesquisa que endossam a nossa argumentação e hipótese de trabalho.

---

<sup>4</sup> *Fake news* é um termo em inglês e é usado para referir-se a falsas informações divulgadas, principalmente, em redes sociais.

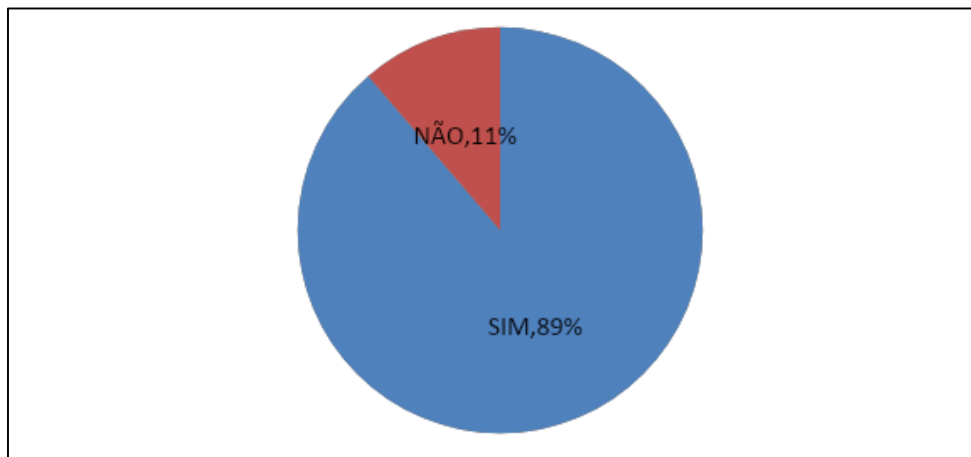
### 3. CAPÍTULO 3 - OS RESULTADOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar o resultado da pesquisa de campo feita sobre a religiosidade dxs estudantes do curso de pedagogia da UFF. Tal pesquisa foi feita a partir de um questionário simples cujo objetivo era demonstrar a força do saber religioso na formação profissional dessxs alunxs. O intuito dessa pesquisa é demonstrar o mencionado ethos religioso dxs alunxs que eventualmente é efetivado no espaço escolar em momentos de debates no campo dos comportamentos e costumes.

Após algumas semanas aplicando a pesquisa tanto pessoalmente, quanto virtualmente, conseguimos um total de 203 respostas com alunxs de todos os períodos da graduação em Pedagogia da Universidade Federal Fluminense.

Na pesquisa online, conseguimos um total de 55 respostas SIM para a pergunta: “Você é uma pessoa religiosa?”, o que soma um total de 89% de pessoas religiosas, contra um total de 7 respostas NÃO para a mesma pergunta, somando 11% como mostra o gráfico a seguir:

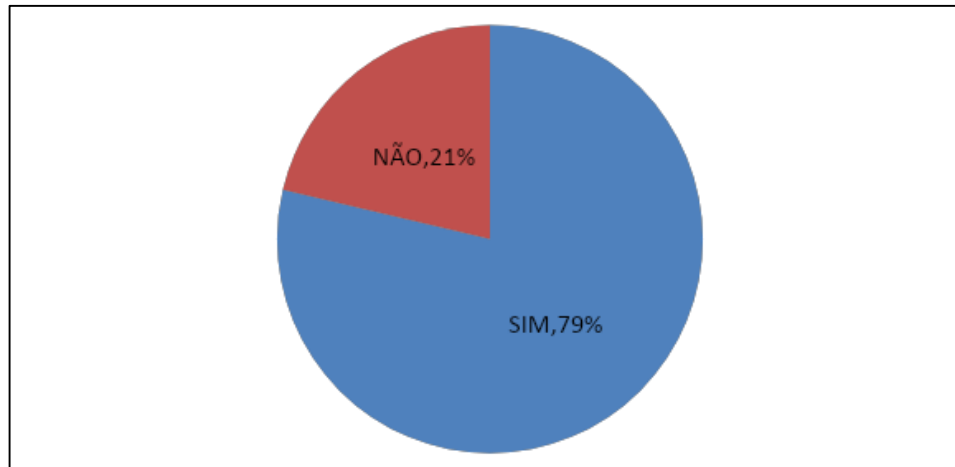
*Figura 1 – RESULTADO DA PESQUISA ONLINE*



Fonte: produção própria.

Já na pesquisa manual, conseguimos um total de 141 respostas, e seu resultado foi razoavelmente diferente quando comparado à pesquisa virtual. Obtivemos um total de 111 respostas SIM para a mesma pergunta, somando 79% de pessoas religiosas, contra 30 respostas NÃO, somando 22%, o dobro da porcentagem anterior, como mostra o gráfico a seguir:

Figura 2 - RESULTADO DA PESQUISA MANUAL



Fonte: produção própria.

Vale ainda mencionar a diferença entre a pesquisa virtual e a presencial no que se refere ao número de pessoas que se declaram religiosas. Tal diferença proporcionou a seguinte pergunta: por que na pesquisa virtual os números de estudantes religiosos aumentam frente aos que se consideram não religiosos?

A nossa hipótese é de que presencialmente os estudantes temem explicitar sua religiosidade por considerarem o locus universitário um lugar não religioso. Todavia, tal percepção dos estudantes não é resultado de uma consciência laica fruto da secularização da sociedade, mas sim uma falsa percepção de que serão punidos dentro da instituição se forem religiosos. Essa percepção é fruto de uma equivocada lógica de que os docentes das universidades são todos ateus e comunistas. Em suma, justificamos a diferença nas respostas porque os alunos presencialmente temem ficarem marcados como religiosos e sofrerem algum tipo de punição.

Os resultados demonstrados acima afirmam algo que já era esperado: os alunos da Pedagogia são, em sua maioria, religiosos ou possuíntes de algum tipo de espiritualidade, seja ela de quaisquer que sejam os dogmas, pois reunindo as duas modalidades de pesquisa, o quociente é ainda mais claro, resultando em um total de 82% de respostas positivas para “Você é uma pessoa religiosa?”.

Essa parte da pesquisa endossa a nossa hipótese referente a forte presença do ethos religioso na formação de docentes. SAVIANI (2007), em seu livro *História das Ideias Pedagógicas no Brasil* defende que nossa base religiosa, mais efetivamente jesuíta, marcou

um enraizamento de uma concepção religiosa da educação do qual ainda não conseguimos superar. Portanto, os dados acima demonstrados confirmam tal tese.

No entanto, este grupo de estudantes, quando questionado quanto à sua religião, deu respostas que condiziam, majoritariamente, em dogmas de origem cristã. É de conhecimento público que tais grupos - exceto pouquíssimos conjuntos mais liberais - abominam a discussão sobre sexualidade e gênero por estas representarem tópicos mundanos ou que são considerados tabus dentro dessas crenças.

Esses estudantes se tornarão professorxs e a tendência é que elxs usem como referência no debate sobre gênero e sexualidade alguns dispositivos religiosos para endossar seus pontos de vista, especialmente em situações de confronto. Com isso podemos afirmar que a prática da chamada ideologia de gênero é bastante improvável.

#### **4.1. A religião e sexualidade e gênero**

Esses dogmas, que usam o antigo e novo testamento, têm uma carga histórica acerca da sexualidade desde o Jardim do Éden, tratando-a como um ato ruim, que é apenas tolerado a fins de procriação, pois essa seria “a vontade de Deus”. Todo esse discurso acerca do tema, construído e reproduzido por milhares de anos, torna a sexualidade um tabu e a caracteriza eternamente como um pecado carregado de culpa.

BUSIN (2011) traz em seu trabalho um apanhado histórico acerca deste tópico e mostra que o catolicismo, por exemplo, além de ver a sexualidade como algo ruim há muito tempo, carrega em seu contexto influências anteriores ao cristianismo.

A visão negativa da sexualidade pela Igreja católica vem de longa data. A noção de sexo como algo a ser evitado veio da combinação de concepções dos estoicos e dos gnósticos, entre outros. A herança platônica também colaborou na criação dos dualismos hierarquizados, como, por exemplo, celibato em contraposição ao sexo (o celibato sendo superior ao sexo). (BUSIN, 2011, p. 109)

Ainda que sob influência destas religiões, o catolicismo, assim como as outras religiões de origem cristã, optou por suavizar certos aspectos no que tangia à procriação, por exemplo, pois de acordo com BUSIN (2011, p. 109) “a filosofia gnóstica considerava o casamento e o sexo como intrinsecamente ruins, pois eram ligados ao mundo material. Para eles, até mesmo a procriação era mal vista, pois significava que os seres humanos continuavam trazendo o mal para a Terra.”

No entanto, Santo Agostinho (354-430 a.C.), sob fortes influências neoplatônicas e maniqueístas, associou veementemente sexo ao pecado original. Sendo assim, o sexo teria para toda a eternidade uma “mancha de pecado” e “como o sexo só poderia ser praticado para procriação, nenhuma tentativa de evitar a concepção poderia ser moralmente aceitável.” (BUSIN, 2011, p. 110)

Mais tarde, com o aparecimento dos penitenciais, onde os padres se orientavam quanto aos castigos dados para cada pecado durante as sessões de confissão, lá estavam mais uma vez os pecados sexuais e, a esses eram atribuídas as mais severas punições.

Nessa lista, poderíamos encontrar: sexo fora do casamento, adultério, masturbação, prostituição, coito interrompido, homossexualidade, sexo com mulher grávida e sexo com mulher que já não pode engravidar – todos partiam da mesma fundamentação, pois eram atos de luxúria, já que não tinham finalidade de procriar. (BUSIN, 2011, p. 110)

Pode-se entender então, que a perseguição já não se dá mais exclusivamente ao sexo em si, já que nos séculos XVIII e XIX o casal heterossexual monogâmico já não era o alvo de perseguição, agora “passa-se a interrogar exaustivamente a sexualidade da criança, dos loucos, dos que não se relacionam amorosamente com o outro sexo.” (BUSIN, 2011, p. 112) Sendo assim, a narrativa sofre uma reviravolta e o discurso que outrora era usado para punir o ato sexual em geral, agora é usado como ferramenta de exclusão, trazendo os casais (heterossexuais monogâmicos apenas) para o lado do “bem” e deixando toda diferente constituição, seja ela familiar ou não, do lado do “mal”. Ou seja, “daí em diante, no âmbito da sexualidade, será sobre as infrações morais ou legais contra o casamento e a família e contra um funcionamento natural que recairão as principais condenações.” (BUSIN, 2011, p. 112)

Em consonância com tais pensamentos, contudo já nos séculos XX e XXI, a igreja católica continua a perseguir tais grupos, agora com mais um foco evidente de perseguição: as feministas. Segundo Simone de Beauvoir (1949, vol. II, p. 15) não se “nasce mulher, torna-se mulher” já que para ela “a identidade é uma construção social, orientada por estímulos, expectativas e oportunidades diferenciadas” (MIGUEL, 2016, p. 596). Assim essas mulheres que buscavam, e continuam buscando diariamente seus direitos, tornaram-se uma das maiores afrontas (aos olhos da igreja) à unidade familiar e à estrutura autoritária de poder patriarcal presente na sociedade.

A oposição ao feminismo e à diversidade sexual tornou-se, assim, tanto uma maneira de reforçar a autoridade sobre um rebanho que se mostra cada vez independente da hierarquia (na orientação política e também em questões sobre sexo pré-marital, uso de métodos anticoncepcionais ou indissolubilidade do matrimônio) quanto de preservar seu papel de ator político de primeira grandeza.[...] a Igreja reforça sua centralidade política na medida em que busca despolitizar determinadas questões, invocando-as para a esfera em que sua autoridade seria mais legítima, que é a esfera da moral. (MIGUEL, 2016, p. 597)

Sendo assim, entramos numa era em que se abomina todo e qualquer tipo de relação que não seja heteronormativa e, qualquer desvio dessa normatização criada socialmente é alvo de ataques desferidos pela “família tradicional brasileira” e aqueles que a defendem, como se amar alguém do mesmo sexo, não se identificar com o corpo em que nasceu e algo simples como a igualdade de gênero fossem coisas que colocassem essa criação de família em risco ou até mesmo a fizessem deixar de existir.

No Brasil o caso é ainda mais grave. Indo contra o artigo 19 da Constituição Federal de 1988, políticxs religiosxs membros de uma bancada cujo objetivo é manter a “moral e bons costumes” criam a todo tempo e colocam em votação projetos de leis que visam, em sua maioria e de forma velada, tornar certas crenças e diretrizes religiosas (cristãs) em leis de Estado, ferindo assim, mais uma vez aquilo que tratamos no capítulo 1, que é a laicidade do Estado.

Vale ressaltar ainda que esse trabalho nos ajuda a visualizar melhor a relação entre a defesa de uma sociedade democrática e laica com a defesa dos direitos de gênero e sexualidade.

## **4.2 Os dados da pesquisa e o problema**

Diante do resultado apresentado através da pesquisa, podemos concluir que grande parte do corpo discente do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (campus Niterói) é possuinte de algum tipo de espiritualidade, sendo esta de maioria cristã e, diante do explicitado no tópico anterior, podemos concluir que há um processo histórico de normatização heterossexual naturalizado e intrínseco no ethos do ser conduzido pela igreja e reproduzido pelos seus fiéis de maneira voluntária e, em certos casos, involuntariamente.

Logo, dúvidas variadas nos cercam: como essxs futuros professorxs responderão à questões que remetem gênero e sexualidade quando forem questionados por seus próprios



alunxs? Serão elxs capazes de despir-se de seu ethos religioso para debater tais questões mesmo sem nenhum tipo de conhecimento prévio que não seja proveniente de suas próprias crenças?

O que é vivenciado atualmente no interior das escolas públicas e até mesmo de universidades públicas nos dá certa margem para respondermos às perguntas acima. Afinal, o debate relacionado a gênero e sexualidade que hoje chega axs graduandxs não chegava anos atrás quando xs atuais professorxs eram granduandxs. Logo, os resultados dessa formação incompleta de todos esses anos que passaram são - ainda que tenhamos avançado um pouco na discussão - os casos cada vez mais constantes de machismo, homofobia, misoginia, transfobia etc. dentro desses espaços educacionais, sejam eles destinados a crianças e adolescentes ou a jovens e adultxs.

Em minha pesquisa, pude perceber a homofobia na escola. Algumas professoras religiosas, a partir de suas crenças, desenvolviam práticas discriminatórias com alunxs com orientação homossexual, ou com aquelxs que elas consideravam como homossexuais, na tentativa de corrigi-lxs, levando-xs a apresentar um comportamento que elas entendiam como normal. Apesar da escola laica ser um projeto desde o Brasil republicano, está longe de se realizar nos os cotidianos das escolas, o que acaba por influenciar nas práticas tecidas por algumas professoras, práticas essas que muitas vezes acabam sendo de discriminação e perseguição. (SEPULVEDA, 2016, p.124)

Ainda que as dúvidas apontadas acima tenham, neste trabalho, um papel de levantamento de questões e argumentações, não é necessário fazer uma pesquisa longa e aprofundada para descobrir os resultados da problemática apresentada. Já existem diversos estudos e pesquisas que comprovem as duras consequências dessa defasagem na formação docente, como a pesquisa da Professora Doutora Denize Sepulveda citada acima, entre outras.

É preciso destacar que esse debate não é novo. No tema transversal “Orientação Sexual” os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), desenvolvidos inicialmente nos anos 1990, durante a gestão do Ministro Paulo Renato de Souza, do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, essa questão já aparecia e era proposto o seguinte:

O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada

aluno. Tal postura deve inclusive auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como uma vivência pessoal. Apenas os alunos que demandem atenção e intervenção individuais devem ser atendidos separadamente do grupo pelo professor ou orientador na escola e, dentro desse âmbito, poderá ser discutido um possível encaminhamento para atendimento especializado (BRASIL, 1997, p.83).

Como é possível observar através deste fragmento, os próprios PCN's já propunham uma educação que abrangesse questões de gênero e sexualidade, para que x alunx entendesse tais questões, problematizando e construindo conhecimento de forma coletiva, ou seja “trabalhar orientação sexual na escola não se trata de determinar ou educar os/as alunos/as para serem heterossexuais ou homossexuais, mas de dar-lhes um subsídio para que percebam sua sexualidade e se sintam livres para se reconhecerem em sua essência” (NUNES, 2016, s/p).

Todavia, ainda que os PCN's trabalhassem os temas, isso não era garantia de que estes seriam abordados, nem de que xs professorxs saberiam guiar tais discussões e se fariam de forma laica, dada a defasagem na formação inicial e contínua.

Eu achei um texto muito bom, porque trata, né? Esse tema. Até porque antes dos PCN's essa era uma temática que quase, é como se diz, ninguém nem discutia. Até na sala de aula ninguém discutia e até a gente enquanto professor também tinha certo preconceito, [...] claro que ainda é difícil porque não se foi trabalhado, na formação da gente não tinha, né? Não foi trabalhado muito isso aí, formação inicial (Resina de Cajueiro)<sup>5</sup>. (NUNES, 2016, s/p)

Este não é um problema novo, dos novos tempos, como dito acima. A grande diferença é que esse problema atinge hoje, assim como no passado, às minorias que, como sempre, são menosprezadas e esquecidas, e têm seus obstáculos vistos de fora e taxados de menos importantes. Não obstante, essa temática também questionou o poder detido historicamente pelas igrejas sobre o governo em geral, em particular sobre a educação pública.

O nosso objetivo com este trabalho monográfico era chegar exatamente neste ponto: é possível afirmar, com base nesses dados, que continuada a defasagem da discussão de gênero e sexualidade na formação docente, não só xs professorxs brasileirxs serão prejudicadx pela carência teórica acerca dos temas, mas também nossxs alunxs ficarão à mercê de uma educação excludente e preconceituosa que continuará formando indivíduos

---

<sup>5</sup> Fala de uma professora retirada da pesquisa da Pedagoga Izabel Cristina de Souza Nunes.

que reproduzem preconceito. Uma educação que continua ferindo o princípio constitucional da laicidade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico, além de cumprir um importante papel de formação pessoal, possibilitou discutir uma questão contemporânea de grande importância para a educação e para a escolarização de crianças na atualidade. Nós educadorxs, estamos sendo atacadxs por diferentes grupos conservadores que afirmam sermos nós xs culpadxs de todos os problemas que afetam o processo de escolarização da sociedade brasileira. A famigerada “ideologia de gênero”, a principal mentira produzida por tais grupos, alcançou com força a sociedade, difundindo medo nas famílias brasileiras. Afirmam que vivemos um período de ditaduras “gayzistas” e feministas, que as escolas ensinam as crianças que não existe definição de sexo. Com isso, esses grupos confundem e aterrorizam a população, que por sua vez, aceita como verdade tal discurso.

Vivemos tempos conservadores, isso significa que o discurso de ódio tem ganhado espaço nos diferentes campos sociais. Boa parte desses discursos são endossados por agentes religiososxs, que usam de diferentes meios, desde a mídia até os palanques políticos, para disseminar a intolerância e o desrespeito com aquelxs que não seguem o caminho por elxs definidos como corretos. A consequência imediata de tal atitude é o confronto, a polarização, o que se tornou uma incisiva arma política. Esse discurso vem potencializando golpes de estado na América Latina, como é o caso da Bolívia, e fortalecendo o fascismo pelo mundo. Um fenômeno renovado se espalha: o renascimento da extrema-direita como opção política. A eleição de Donald Trump marcou um novo momento desse grupo. Ele não foi o primeiro representante desse grupo político a ser eleito e ganhar notoriedade, todavia, o que nos interessa é que esse fenômeno aconteceu nos Estados Unidos, a maior potência econômica e militar do mundo, o que demonstra os riscos que estamos vivendo.

Este trabalho não teve a pretensão de apresentar soluções para os problemas de macro-política contemporânea. A ideia era demonstrar que um dos discursos que reforçam tal macro-política, a “ideologia de gênero”, não passa de uma falácia, como demonstramos na pesquisa. Os temas gênero e sexualidade não são trabalhados nos cursos de formação de professorxs e pouco são discutidos. O que demonstramos foi que, quando se trata dessas temáticas, xs professorxs acionam seu ethos religioso toda vez que se encontram em situações de confronto com estudantes nas escolas, especialmente xs pedagogxs, uma vez que em sua maioria são religiososxs, como demonstramos na pesquisa.

Demonstramos também como a laicidade do Estado, um importante instrumento da democracia, quando não respeitado, principalmente nas escolas, reforçam os mecanismos de

exclusão daquelas que não apresentam características aceitas socialmente, ou seja, não são homens brancos, jovens, heterossexuais... Defendemos que uma escola laica é uma importante arma para a garantia de um Estado Democrático de Direito, que respeite as diferenças e lute contra as desigualdades e distorções da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- BUSIN, Valéria Melki. **Religião, sexualidades e gênero**. Revista de Estudos da Religião. V. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/6032/4378>>. Acesso em: 22.05.2019.
- CARVALHO, Marcos C. & SÍVORI, Horácio F. **Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira**. Campina: Cad. Pagu, nº 50, 2017. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500017>>. Acesso em 27/11/2019.
- CUEVA, Agustin. A guinada Conservadora. In: CUEVA, A. (org.). **Tempos Conservadores: a direitização no ocidente e na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- CUNHA, L. A.. **Educação e Religiões: A descolonização religiosa da Escola Pública**. Belo Horizonte: Mazza Editora, 2013.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A entronização do ensino religioso na base nacional curricular comum**. Educ. Soc. vol.37 no.134 Campinas jan./mar. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000100266&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000100266&lng=pt&nrm=iso)>
- CUNHA, Luiz Antônio. **Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil - 1931/1997**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 131, p. 285-302, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/viewFile/358/362>>. Acesso em: 27/11/2019
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ensino religioso na escola pública: O retorno de uma polêmica recorrente**. Revista Brasileira de Educação, nº 20, p. 183-191, dec 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782004000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000300013&lng=en&nrm=iso)> . Acesso em 27/11/2019.

FERNANDES, V. C. **Simetria nos Sistemas Públicos de Ensino Fundamental em Duque de Caxias (RJ): a religião no currículo**. Tese (Doutorado em Educação). Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FISCHMANN, R. **Estado laico**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008.

\_\_\_\_\_. **Estado laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata Brasil-Santa Sé**. São Paulo: Factash, 2012.

FURLANI, Jimena. **Existe ideologia de gênero?** Entrevista publicada pela agência pública em 30/08/2016. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/existe-ideologia-de-genero-entrevista-com-doutora-em-educacao-jimena-furlani/>>. Acesso em 29/11/2019.

FURLANI, Jimena. **Ideologia de Gênero? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha**. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09 pp, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jimena.furlani>>. Acesso em: 29/11/2019.

FURLANI, Jimena. **Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual**. Educ. Rev. 2007, n.46, pp.269-285. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982007000200011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982007000200011&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 29/11/2019.

GUIUMBELLI, E.; CARNEIRO, S. de S. **Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro: Registros e Controvérsias**. Rio de Janeiro: Iser, 2004.

JUNQUEIRA, Rogério D. **Pedagogia do Armário: A normatividade em ação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 29/11/2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições: v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em 29/11/2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro**. Revista Direito e Práxis, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 590-621, set. 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em: 20/11/2019.

NUNES, I. C. S. Homofobia no cotidiano escolar: percepções e práticas de educadores/as. In: **Congresso Nacional de Educação**, 2016, Natal/RN. III CONEDU, 2016. v. 1.

REIS, Toni & EGGERT, Edla. **Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros**. Revista Educação & Sociedade, vol. 38, núm. 138, enero-marzo, 2017, pp. 9-26. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil.

Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em 29/11/2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEPULVEDA, D. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: A homofobia e sua influência nas tessituras identitárias**. Tese (Doutorado em Educação). Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SEPULVEDA, D., SEPULVEDA, J. A. FERNANDES, V. **Ensino religioso e laicidade: suas implicações para a implementação da democracia nas escolas**. Revista Contemporânea de Educação. vol. 10, n. 19, janeiro/junho de 2015. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1829>> Acesso em 29/11/2019.

SEPULVEDA, Denize. 2016. **A religião e a homofobia no cotidiano escolar**. III Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humano. Vitória, 2014. Disponível em: <[http://www.2014.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1404519309\\_ARQUIVO\\_Textocompleto2.pdf](http://www.2014.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1404519309_ARQUIVO_Textocompleto2.pdf)>. Acesso em 29/11/2019.

SEPULVEDA, J. A. & SEPULVEDA, D. **As práticas e as políticas curriculares de inclusão e o direito à diferença**. Revista e-Curriculum: São Paulo, v.14, n.04, p. 1258 – 1287 out./dez.201. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/29593>>. Acesso em 29/11/2019

SEPULVEDA, J. A. & SEPULVEDA, D. **A disciplina Ensino Religioso: história, legislação e práticas**. Revista do Centro de Educação: vol. 42, núm. 1, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/22301>>. Acesso em 29/11/2019.

SEPULVEDA, J. A. & SEPULVEDA, D. **Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão**. Revista de Educação Movimento: a.3, n.05, 2016. Disponível em: < <http://www.periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32612>>. Acesso em 29/11/2019.

SEPULVEDA, J. A. & SEPULVEDA, D. **O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade**. Revista Teias: v. 17 • v. 17 • n. 47 p. 141-154 (Out.-Dez., 2016). Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24767>>. Acesso em 29/11/2019

SEPULVEDA, José Antonio. **Laicidade e educação em tempos conservadores**. Revista Interinstitucional Artes de Educar: Rio de Janeiro, V. 5 N. 2 – pag 184-200 (mai - ago 2019). Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/issue/view/2178/showToc>>. Acesso em: 29/11/2019.



## APÊNDICES

### PESQUISA PARA MONOGRAFIA - RELIGIOSIDADE NA EDUCAÇÃO

Descrição do formulário

Você é aluno (a) de Pedagogia na UFF?

- Sim
- Não

Em qual período você está?

- 1º período
- 2º período
- 3º período
- 4º período
- 5º período
- 6º período
- 7º período
- 8º período
- 9º período

Qual turno?

Manhã

Noite

---

Você é uma pessoa religiosa? (considere religiosa como uma pessoa que acredita em algo, possui algum tipo de espiritualidade)

Sim

Não

---

Você é praticante da sua religião?

Sim

Não

---

Você acha que deve existir ensino religioso nas escolas?

Sim

Não

---

Qual é a sua religião?

Texto de resposta curta  
.....

#### ENTREVISTA PARA MONOGRAFIA

1 – Você é uma pessoa religiosa?

( ) Sim                      ( ) Não

3 – Você acha que deve existir ensino religioso nas escolas?

( ) Sim                      ( ) Não

2 – Você é praticante da sua religião?

( ) Sim                      ( ) Não

4 – Qual é a sua religião?

-----